

Entendendo a Economia Solidária Seus Limites e Possibilidades a Partir de Uma Leitura Marxista

Fernanda Antunes de Oliveria (UFMG) - fernandaa.oliveira18@gmail.com

Resumo:

A partir de uma leitura do Marxismo este artigo propõe apresentar os limites da economia solidária enquanto emancipação econômica com foco na contradição estabelecida por esta ao estimular princípios como os da solidariedade, autogestão e cooperação sem, entretanto transformar o contexto capitalista em que se insere. Em contrapartida foram apresentadas também algumas possibilidades da economia solidária enquanto emancipação humana visto que esta abre espaço para discussões que vão além do aspecto econômico, mas também do estímulo ao exercício crítico da cidadania e da democracia de forma a estimular reflexões políticas e sociais. Tais aspectos parecem fundamentais quando se disputa um fundo público a fim de transformações.

Palavras-chave: *Marxismo, Economia Solidária, Limites e possibilidades*

Área temática: *GT-21 Organizações Alternativas e Contra Hegemônicas*

INTRODUÇÃO

A economia solidária vem ganhando espaço nas discussões acadêmicas nos últimos anos e pode ser observada como interesse de pesquisas em diversas áreas como administração, economia, psicologia e sociologia. Estes debates parecem se intensificar em momentos de crises onde se costuma procurar mais pela economia solidária como uma alternativa.

Estes empreendimentos são, muitas vezes, saídas para pessoas que se encontram à margem da sociedade e são também oportunidades de melhores condições de vida. Segundo Culti (2002), esta forma de cooperativismo é uma realidade acessível a trabalhadores qualificados ou não que buscam, através da associação, uma forma de trabalho para gerar renda e fonte de subsistência.

É importante frisar também que a economia solidária nasce num movimento de contexto anticapitalista, movimento este que se deu primeiramente a partir dos socialistas utópicos que idealizaram o cooperativismo revolucionário e buscavam a autonomia comunitária. Assim os debates sobre a economia solidária vão além da sua capacidade de gerar trabalho e renda, mas entram no questionamento se esta alternativa consegue de fato promover uma transformação política, econômica e social visto que esta é sua proposta fundamental. Laville (1994) apresenta que a lógica da economia solidária se dá de maneira distinta a do capitalismo uma vez que, ao invés de se focar no capital e na acumulação provindos a partir da competição; a economia solidária é focada nas necessidades das pessoas e se estrutura a partir de fatores humanos de forma a estimular a propriedade coletiva, a democracia e as relações sociais.

Neste sentido é que surge o questionamento de como a economia solidária pode conseguir trazer, de fato, a emancipação para os empreendimentos quando o contexto geral capitalista e a lógica do capital ainda permanecem. Assim os limites da economia solidária são tratados por vários autores que se embasam em Marx a fim de melhor explicá-los. Conhecer estes limites se torna necessário para que não se caia numa visão romantizada a respeito da economia solidária. Entretanto também é interessante que se perceba as possibilidades que estes empreendimentos nos trazem a fim de se evitar os pontos de vistas extremos sobre o tema.

Parece importante, portanto - e aqui entra nosso objetivo - fazer uma relação dos limites evidenciados na economia solidária enquanto meio de transformação através da emancipação ao mesmo tempo em que se apresentam as suas possibilidades. Para isso partimos aqui de uma perspectiva Marxista tão ligada com o contexto em que se surgiu a economia solidária e com seus objetivos de transformação.

Os limites da Economia solidária enquanto emancipação econômica

As teorias Marxistas, de uma maneira geral, têm seu foco na emancipação humana e para isso é preciso a eliminação da produção baseada na lógica do capital. Neste sentido a principal crítica feita à economia solidária esta no fato de ela - apesar da proposta solidária - não escapar da lógica capitalista e ainda contribuir para a manutenção desta relação de exploração quando atenua os impactos negativos do capitalismo sem atingir a principal fonte causadora destes impactos que é o próprio processo de valorização do valor.

Na Tese de Wellen (2009) percebemos, dentre as diversas críticas, aquela à economia solidária enquanto um projeto social de reforma que não atinge o cerne do problema e que pode ainda disfarçar as relações de exploração da produção:

Em geral, os diversos projetos em tela se remetem a novas confluências entre a sociedade civil e o Estado, abdicando de um confronto direto com o Capital e seus representantes, em prol de uma interface “mais harmoniosa” que resultaria num encaminhamento para uma sociedade “mais justa” (nestes projetos é consensual o repúdio a movimentos contestadores que se destinam à conquista do poder do Estado para a prática da revolução social) (WELLEN, 2009, P.11).

Ainda em Wellen (2009) percebemos uma crítica à ideia de modo de produção “mais justo”, pois este para o autor e com base em Marx não resolve o problema da organização produtiva onde se mantém a exploração de uma classe pela outra já que a melhoria de vida dos trabalhadores neste contexto acaba representando para o capitalismo maior mercado consumidor e assim não existe a superação da sua relação de exploração, tão pouco a superação da dependência do salário.

Nesta perspectiva, de maneira geral, as implantações pontuais de empreendimentos solidários com base em princípios contrários ao capitalismo não garantem uma revolução social, pois o próprio império capitalista se configurou de tal forma que não deixou espaço para o sustento autônomo dos trabalhadores restando para estes somente a alternativa da venda da força de trabalho. Assim, a saída à exploração estaria somente na união e na organização da classe trabalhadora a fim de criar através da luta de classes uma proposta concreta em resposta ao capitalismo (WELLEN, 2009).

Para se falar em economia solidária é preciso que se fale também das fábricas que são tomadas pelos funcionários e que passam a democratizar o processo de produção dos empreendimentos a partir da autogestão e aqui também podemos encontrar mais um limite da economia solidária a partir da perspectiva Marxista. Faria e Cunha (2011) ressaltam como a autogestão esteve intimamente ligada com a luta de classes e como ela foi deslocada do movimento socialista principalmente num momento pós-Comuna de Paris a partir “... da crítica ao seu caráter anódino para o enfrentamento e a transformação do capitalismo” (FARIA & CUNHA, 2011, p.2).

Após este momento o tema da autogestão se manteve congelado por muito tempo para somente na crise dos anos 70 ser retomado, este retorno se deu em grande parte devido aos casos frequentes de recuperação de empresas falidas pelos trabalhadores; ainda que este movimento tenha permanecido no decorrer da década de noventa no Brasil e em outros países latino-americanos e com isso alavancado as discussões sobre a autogestão ele ainda permaneceu como alvo de contradições (FARIA & CUNHA, 2011). Para os autores este movimento, por acontecer dentro de um contexto de economia capitalista e justamente não atingir o cerne do problema, sofre contradições e ambiguidades que se tornam visíveis, como por exemplo, o antagonismo entre heterogestão e autogestão que nas empresas tomadas pelos funcionários provocam uma tensão entre as relações de produção e propriedade:

Denominamos esta abordagem do fenômeno como *cooperativismo de mercado*, caracterizado pela análise fragmentada e reducionista do problema das fábricas recuperadas, expressa por todos aqueles que limitam o fenômeno a não mais do que uma soma de unidades produtivas isoladas, cujo ideal é fornecido pelo modelo Mondragón, e que afinal não vai além da reprodução das relações capitalistas de forma transformada, com uma pitada maior de democracia (formal, aparente e limitada) ou participacionismo no interior das unidades produtivas, espécie de socialismo de mercado. Daí a busca frustrada pela reconciliação entre a forma de produção material do capitalismo e as novas relações de propriedade que estabelecem o

igualitarismo na posse dos meios de produção. (FARIA & CUNHA, 2011, p.11)

A crítica aqui se dá, pois parece existir uma tentativa de reformulação dos termos e princípios que propõe um ambiente solidário, como o da autogestão, para que estes se encaixem num ambiente capitalista que por si só já é contrário aos próprios princípios solidários. Daí é preciso se questionar se o sentido original do termo autogestão pode ter tido seu significado alterado principalmente com a globalização das técnicas da administração (ALBUQUERQUE, 2003, apud FERRAZ e DIAS 2008). Corroborando com esta ideia Ferraz e Dias (2008) apresentam o surgimento do termo autogestão, fazem uma leitura a partir do enfoque marxista e proundhoniano para depois comparar com as novas interpretações do termo.

Para este artigo nos ateremos ao enfoque marxista o qual, segundo Ferraz e Dias (2008), defende que a classe proletariada só poderá sair da sua condição de exploração a partir da supressão da burguesia e isso se dá por meio de uma revolução. Assim, enquanto os meios de produção e distribuição forem controlados por uma elite qualquer outra forma de produção que não destrua essa condição permanecerá submetida ao sistema do capital, ou seja,

[...] para romper com todos os aspectos da cultura do capitalismo – o que inclui a heterogestão – é imprescindível, acima de tudo, transformar as condições objetivas das relações de produção e distribuição da riqueza, uma vez que daí derivam todos os aspectos da opressão. Tal transformação exige a desapropriação dos meios de produção, a ser realizada pela classe proletária organizada (FERRAZ E DIAS, 2008, p.102).

Percebemos novamente que não basta mudar de heterogestão para autogestão a fim de conseguir a libertação dos trabalhadores da opressão - e da exploração -, até porque os mesmos continuaram reproduzindo outros aspectos culturais do capitalismo. Precisaria então, de uma desapropriação dos meios de produção pela classe proletária organizada como um todo, ou seja, não somente alguns trabalhadores desapropriarem algum meio de produção, mas sim toda classe operária e todos os meios de produção a fim de atingir além do aspecto econômico, mas também o âmbito social e político.

Neste sentido não adianta também buscar um “mercado igualitário” através da economia solidária, mas manter o contexto capitalista onde os empreendimentos solidários se inserem. Isto leva a economia solidária a cair na crítica de ser uma versão da “economia de mercado”, pois os grupos autogestionários ocupados pelos trabalhadores competem entre si dentro da lógica do capital.

Para Callinicos (2007, apud BORON; AMADEO; GONZÁLES, 2007) com base nos termos de Marx é difícil acreditar que alguma versão da “economia de mercado” consiga ser coerente com uma justiça igualitária pois ainda existe competição e a força de trabalho foi transformada em mercadoria. O autor também recorda que um dos esforços atuais do igualitarismo seria eliminar a competição que deixa a mercê da “sorte brutal ou má sorte” aquele que terá sucesso ou fracasso (CALLINICOS, 2007, apud BORON; AMADEO; GONZÁLES, 2007).

Apesar de o autor fazer esta crítica à contradição do mercado igualitário dentro do ambiente capitalista, ele ressalta que é preciso atentar para uma possível consequência deste mercado igualitário sobre o ambiente capitalista. Para o autor o fato de os igualitaristas apoiarem a ideia de um salário básico universal e incondicional leva a defesa de que cada cidadão teria o direito a “uma renda que lhe permitisse satisfazer suas necessidades de subsistência mais

básicas sem ter de participar do mercado de trabalho” (CALLINICOS, 2007, apud BORON; AMADEO; GONZÁLES, 2007, p. 292).

Isto seria um passo para uma transformação social mais compreensiva visto que um salário básico igualitário independente do mercado se contradiz ao princípio capitalista de que o trabalhador aceitará ser explorado por não possuir nenhuma outra alternativa aceitável e daí o equilíbrio de poder capitalista seria alterado, pois “[...] negociar um contrato salarial se converteria em uma transação voluntária muito mais genuína e, destarte, os capitalistas seriam compelidos a oferecer melhores condições de trabalho que poderiam fatalmente comprometer seu lucro ou benefício.” (CALLINICOS, 2007, apud BORON; AMADEO; GONZÁLES, 2007, p.293).

Trazer aos trabalhadores antes excluídos esta estabilidade das suas necessidades básicas parece trazer também maiores condições de luta. Neste sentido é que se torna importante se pensar também nas possibilidades da economia solidária. Além da proposta da inclusão, parece interessante também questionar se a economia solidária pode trazer condições para que a classe trabalhadora tome consciência da sua condição de exploração e passe a pensar em alternativas. Nós já demonstramos que a economia solidária sob a perspectiva marxista não consegue revolucionar as relações de produção, mas será então que ela deve ser invalidada enquanto resistência, ou será que ela consegue criar condições mais propícias para que alguma revolução aconteça?

As Possibilidades da Economia Solidária

Vivemos num contexto onde é “natural”, dentre vários aspectos, que se venda a sua força de trabalho a troco de um salário, que se trabalhe bem além daquilo que se recebe em troca e que não se questione isso justamente por ser tão “natural”. É “natural” também o individualismo, como considerado por Ferraz e Dias (2008), o qual torna tão difícil romper com o capitalismo em curto prazo, por isso a autogestão parece ser um movimento ainda que com suas limitações, mas que abre os horizontes para outras possibilidades de se produzir e, portanto parece estimular até certo ponto a não naturalização dos princípios capitalistas.

Para se falar em reforma feita pela classe trabalhadora é preciso que esta tenha espaço de discussão política e para que essa discussão política realmente aconteça ela não deve ser fechada nas naturalizações do capitalismo. Neste sentido, os espaços produzidos pelos empreendimentos solidários parecem buscar condições propícias para maiores discussões e envolvimento políticos a partir de uma perspectiva diferente da naturalizada. Como observado Petersen; Souza; Lopes (2014) ao tentarem identificar se o contexto autogestionário poderia influenciar nos sentidos atribuídos aos conceitos de cidadania, política, participação e cooperativismo os autores perceberam que a partir de uma identificação dos integrantes com os interesses da cooperativa houve um aumento na participação dos espaços de luta política além de um aprofundamento do vínculo com a comunidade.

Outra possibilidade da economia solidária parece estar no seu estímulo à cidadania através da autogestão que é um contraste com o ambiente heterogerido e individualista característico do capitalismo. Em Klechen; Barreto; Paes de Paula (2011) foi evidenciado a partir da visão dos participantes de um programa de habitação da prefeitura de Belo Horizonte que o processo de construção das moradias através da autogestão possibilitou o desenvolvimento da cidadania:

Assim, aprende-se a conviver com as outras pessoas, a se conhecer e respeitar mutuamente, e a desenvolver um sentido de companheirismo, que vai desde a reunião em associação para reivindicar o direito à moradia digna, passando pelas reuniões decisórias e pelos momentos de trabalho nos mutirões, chegando à vida estabelecida na comunidade do conjunto habitacional

[...] Esta forma de gestão parece ter um efeito mais significativo do ponto de vista dos beneficiados quanto à fixação das famílias em suas novas residências, através da criação de um vínculo identitário-afetivo com o imóvel, além de proporcionar o desenvolvimento da cidadania através do aprendizado político coletivo e da criação ou ampliação do senso comunitário (KLECHEN; BARRETO; PAES DE PAULA, 2011, p.18, 23).

Os autores também ressaltam que a experiência da autogestão não aconteceu de forma completa neste programa, mas que ainda assim ela representa uma iniciativa que busca modos de gestão baseados na participação e a autonomia dos indivíduos de forma associada à cooperação e a solidariedade e que, portanto a autogestão merece atenção a fim de se chegar a maiores avanços em termos de cidadania, política e democracia (KLECHEN; BARRETO; PAES DE PAULA, 2011). É importante frisar entretanto, que promover a reflexão sobre a democracia não configura uma oposição ao capitalismo, pois não se questiona de qual democracia estamos falando e sua faceta burguesa. Ou seja, é preciso que as discussões a cerca da democracia através da autogestão não parem neste ponto, mas que abra espaços para questionamentos sobre até que ponto somos cidadãos com direitos e acessos iguais perante o estado.

Dessa forma, outra possibilidade que não podemos deixar de lado sobre a economia solidária esta num olhar pedagógico da educação enquanto estratégia de emancipação. Neste sentido devemos nos atentar para o que chama atenção Tonet (2001) com base em leituras de Marx sobre os limites da reflexão pedagógica no atual contexto liberal burguês. Por isso o autor defende em sua Tese que é necessário o exercício da crítica das ciências sociais como saber fragmentado e alienado, além de um conhecimento profundo e específico da educação e de um conjunto de conhecimentos específicos.

Ao buscar a relação entre emancipação humana e educação Tonet (2001) acredita, apesar das limitações, que a educação pode mediar na construção de uma ordem qualitativa superior a que vivemos e que a cidadania pode atuar como um meio - não como fim último - para a emancipação humana. Dessa forma, a autogestão pode contribuir para a emancipação humana na medida em que estimula o olhar crítico sobre a cidadania e seu contexto liberal burguês.

Considerações Finais

Este artigo apresentou limites da economia solidária enquanto possibilidade de emancipação, sobretudo no campo econômico, a partir da perspectiva marxista. Isto se deu por meio da exposição de algumas das principais críticas associadas à economia solidária quando esta é pensada como forma revolução sobre o capitalismo.

Em contrapartida foram apresentadas as possibilidades que ela nos trás, dentro dos seus limites, como o estímulo a emancipação humana através da cidadania, da participação política e da democracia. Mas de forma a ressaltar que estes aspectos só contribuem para a revolução da classe trabalhadora quando abrem espaços para que os grupos questionem as condições de vida sobre o capital e o próprio significado da palavra democracia. Estes espaços propícios ao

questionamento ainda que sozinhos não alterem como a lógica do capital, merecem atenção, pois parecem trazer condições favoráveis a desnaturalizações necessárias à revolução.

Por fim, vale ressaltar que este artigo não teve como finalidade abarcar todos os limites da economia solidária nem todas as suas possibilidades dentro de uma perspectiva marxista, mas de fazer um contraponto entre as principais a fim de evitar os extremismos sobre o tema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALLINICOS, A. **Igualdade e Capitalismo**. In: BORON, A.; AMADEO, J.; GONZÁLES, S. A Teoria Marxista hoje: problemas e perspectivas. Buenos Aires: Clacso; São Paulo: Expressão Popular, 2007.

CULTI, M. N. **Reflexões Sobre Incubagem de Empreendimentos Coletivos e seus Limites**. 1º Conferência Nacional de Economia Solidária da Rede Unitrabalho. São Paulo, 2002.

WELLEN, H. A. R. **Para a Crítica da Economia Solidária**. Dissertação de doutorado em serviço social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro – RJ, Brasil, 2009.

FARIA, M.S.; CUNHA, G.C. 2011. **Autogestão e Economia Solidária: o desafio das fábricas recuperadas** no Brasil. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, V, Florianópolis, 2011. Anais... Florianópolis, p. 1-16 Disponível em: <http://anaisenapegs.com.br/2011/dmdocuments/p92.pdf>. Acesso em: 13/07/2016.

FERRAZ, D.L.S; DIAS, P. Discutindo autogestão: um diálogo entre os pensamentos clássico e contemporâneo e as influências nas práticas autogestionárias da economia popular solidária. **Organização & Sociedade**, vol. 5, n 46, p. 99-117, julho/setembro 2008.

IVO, T. **Educação Cidadania e Emancipação Humana**. Dissertação de Doutorado em Educação. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP, Grande área: Ciências Humanas / Área: Educação. Marília –SP, Brasil, 2001.

KLECHEN, C. F.; BARRETO, R. O.; PAES DE PAULA, A. P. Pilares para a compreensão da autogestão: o caso de um programa de habitação da prefeitura de Belo Horizonte. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 670-694, Maio/Jun 2011.

LAVILLE, J. L. Travail et intégration sociale. Revue Travail, 29, été-automne 1993. **Introduction: la nouvelle question sociale e services, emploi et socialisation**. In: Laville, Jean-Louis et alii. Cohésion sociale et emploi. Paris, Desclée de Brouwer, 1994.

PETERSEN, F.; SOUZA, T. G. & LOPES, A. A. Relações entre autogestão e cidadania: o papel da participação em uma cooperativa na construção da identidade de cidadão. **Psicologia & Sociedade**, vol.26 no.2 Belo Horizonte May/Aug. 2014.

WELLEN, H. A. R. **Para a Crítica da Economia Solidária**. Dissertação de doutorado em serviço social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro – RJ, Brasil, 2009.